

MEMÓRIA E LINGUAGEM NA CONSTRUÇÃO NARRATIVA

ELIANE MARIA VASCONCELOS DO NASCIMENTO*

RESUMO: O texto visa estabelecer a fundamentação teórica da memória, tanto individual quanto coletiva, buscando na Filosofia, na Psicanálise e na História as suas bases e mecanismos de conservação e operação. Para isso, destaca as teorias do filósofo Henri Bergson, do psicanalista Sigmund Freud e do sociólogo Maurice Halbwachs e suas relações com a linguagem. Demonstra os pontos teóricos convergentes e divergentes contidos nas obras dos autores supracitados, ressaltando ainda o papel da linguagem como instrumento fundamental na construção das narrativas históricas, e a palavra que transforma o vivido individual em lembranças coletivas ou sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Conservação; Representação; Linguagem.

ABSTRACT: The text aims at setting up the theoretical foundation of memory, both individual and collective, by searching Philosophy, Psychoanalysis and History for its bases and mechanisms of preservation and operation. In order to reach that objective, it points out the theories of the philosopher Henri Bergson, the psychoanalyst Sigmund Freud,

and the sociologist Maurice Halbwachs and their relationship with language. It demonstrates the convergent and divergent theoretical points found in the works of the above-mentioned authors, while emphasizing not only the role of language as a fundamental tool in the building of historical narratives, but also the word that transforms the individual experience into collective or social memories.

KEYWORDS: Memory; Conservation; Representation; Language.

A memória coletiva tem uma dimensão individual ou mesmo singular, como resultante da elaboração subjetiva [...] o processo da memória se descola e passa a operar através de uma dimensão onde as motivações inconscientes e subjetivas constituem o valor determinante da construção deste quadro.¹

Introdução

O presente trabalho visa estabelecer as fundamentações teóricas da memória tanto individual como coletiva, tentando evidenciar relações e interdependências a partir de uma leitura que possibilite o debate transdisciplinar, buscando, na Filosofia, na Psicanálise e na História, a identificação dos mecanismos de conservação e operação das memórias e de que forma elas são historicamente construídas. Para isso, destaca as teorias do filósofo Henri Bergson, do psicanalista Sigmund Freud e do sociólogo Maurice Halbwachs, e suas relações com a linguagem e o campo da história oral através das construções das narrativas.

Trabalhar com o tema da memória é uma tarefa complexa, uma vez que, ao mesmo tempo em que ela se mostra como algo muito próximo e familiar, se apresenta também como um desafio para os teóricos que se debruçaram para explicá-la, tentando sistematizar seu funcionamento, partindo de bases mais rigorosas e científicas. Não há dúvida que a memória encontra-se entre os mecanismos mentais, fazendo parte do funcionamento psíquico do homem, ao lado de outros processos, tais como o pensamento, a percepção, o raciocínio, a consciência, para destacar apenas alguns.

Quando utilizamos a memória oral como metodologia para a pesquisa em história, nos confrontamos com a narrativa daqueles que foram sujeitos dos acontecimentos, e nos relatam suas experiências. Suas vozes podem se juntar a outras vozes, para construir, através de seus discursos individuais, uma produção social da memória. Sabemos que esta memória relatada não é apenas uma conquista da metodologia da história oral; é uma nova fonte de trabalho, de documentação e pesquisa. A tradição do relato oral é de antiga utilização e de amplo conhecimento, pois a ela devemos o conhecimento que a humanidade hoje dispõe dos chamados povos primitivos, que foi documentado e organizado graças ao uso das técnicas da oralidade, quer pela História, quer pelos trabalhos da Antropologia. As sociedades que não estão mais sob a ótica da oralidade, cuja história passa hoje em dia a ser documentada, é sua memória coletiva que passa a estar também registrada nos arquivos. Esta passagem do oral ao escrito é importante para a memória das sociedades e para a história que a documenta. A história escrita, documentada, como nos aponta Montenegro,² distingue-se do acontecido. É, portanto, uma representação, uma construção. É nesse hiato entre o vivido por um povo e o narrado por este povo que se localiza o fazer próprio do historiador. Mas não há sociedade sem história, como nos assinala muito bem Le Goff,³ independente de ter atingido o estágio da escrita.

Mas o que queremos dizer, quando nos referimos à memória?

“A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas ou que ele representa como passadas”.⁴ O estudo da memória revela sua ampla utilização em diversos campos do saber das humanidades e também uma multiplicidade de teorias que a embasam, mostrando o quanto de enigmático ainda há em relação ao conhecimento de seu funcionamento. A memória oscila nesta zona do psiquismo individual, por sua empiria demonstrável, tanto ao nível das recordações como dos esquecimentos, constatado pelo senso comum:

“À medida que as pesquisas neurocientíficas relativas à memória avançam (sendo inegáveis os progressos obtidos), explicita-se a dupla natureza humana – simbólica e biológica – demonstrada

no enigma que se abre quando a atenção volta-se para os processos de recordação, mais especificamente à memória autobiográfica – reconhecida pelos cientistas do cérebro como um dos tipos fundamentais, ao lado de outros como por exemplo, a memória semântica e a operacional”.⁵

Buscaremos demonstrar os pontos teóricos convergentes e também divergentes contidos nas obras dos autores supracitados, relativos às memórias, tanto individual como coletiva. Pretendemos ainda destacar o papel da linguagem como mecanismo fundamental nas construções das narrativas históricas.

A memória em uma perspectiva filosófica e psicanalítica

Desde as explicações encontradas na Filosofia Clássica, até as mais recentes teorias psicanalíticas, são várias as tentativas de explicações teóricas sobre a memória. Os avanços e descobertas, também das neurociências, principalmente no final do século XX, com o aparecimento de novas tecnologias do campo da informática, possibilitaram, cada vez mais, a observação do cérebro em funcionamento, levando os cientistas à tentativa de compreender e demonstrar como funciona a mente e qual a natureza de seus processos.

A demonstração do funcionamento do cérebro, através da visão de suas regiões, é coisa recente. Elas são iluminadas num *scanner*, apresentadas pelo computador através das radiografias computadorizadas, conduzindo muitos estudiosos às tentativas de também localizar a base fisiológica neuronal de seu funcionamento e encontrar explicações para os mecanismos da memória. “De fato, as neurociências estão apenas começando a compreender a importância da imprecisão da memória, ou seja, que a memória não é rememoração precisa, mas reconstrução”.⁶

Com a possibilidade do estudo da inteligência artificial, através das máquinas que simulam funções mentais, os cientistas investem na descoberta da fisiologia cerebral, na tentativa de colher dados observáveis, passíveis de mensuração e capazes de serem situados numa relação rigorosa de causa e efeito, bases do conhecimento positivista dominante no meio científico desde o final do século XIX e começo do século XX.

A memória entra como algo que é passível de estudos mais empiristas, como aquilo que pode ser observado, percebido, experimentado, portanto, que pode ser tratado como objeto para as ciências, com *status* científico. Por outro lado, paradoxalmente, é possível pensarmos na memória exatamente como algo mais intangível, mais fluido, mais efêmero, e que pode ser fragmentado e mesmo esquecido ou perdido.

A natureza da memória nos coloca frente a uma questão fascinante e enigmática: por que nos lembramos, por que nos esquecemos? O que é lembrando e o que é esquecido por cada um é um desafio às várias teorias sobre a memória, quer no campo da Psicologia, quer no campo da Psicanálise e da História. As pesquisas sobre a memória, nesses diversos campos do saber, se defrontam sempre com a questão do funcionamento mental, entendido como a base neurofisiológica cerebral e os mecanismos psíquicos dos processos mnemônicos, dos quais os indivíduos são seus próprios testemunhos. Explicita-se aí a dupla natureza do objeto, biológica e simbólica, que se revela nas experiências cotidianas das pessoas.

“A memória é um processo complexo, não um simples acto mental; até as palavras que usamos para a descrever (reconhecer, recordar, evocar, registrar, comemorar, etc.) mostram que “memória” pode incluir tudo, desde uma sensação mental altamente privada e espontânea, possivelmente muda, até uma cerimônia pública solenizada”.⁷

As diversas teorias sobre a memória, disponíveis na área da Psicanálise, tentam dar conta desta questão. Até hoje, porém, permanece o enigma do acesso às reminiscências infantis da história do sujeito, ante a dificuldade de rememoração. A memória autobiográfica é, portanto, mutilada do registro de fatos da primeira infância, ante a impossibilidade de o sujeito ter acesso espontâneo a ela por causa dos mecanismos da amnésia infantil. Não se tem acesso às experiências do homem referentes às sensações mentais privadas, relativas a seus primeiros anos de vida. Haverá sempre um resto, sempre inacessível. Há, portanto, uma distância entre o recordado e o vivido, quanto ao resgate da memória das experiências de vida de um sujeito. Isto é evidenciado pelas tentativas

espontâneas que qualquer pessoa possa fazer para levantar a história completa de sua vida, partindo unicamente de seus dados de lembrança.

Apesar de serem estudiosos que construíram suas teorias num mesmo período histórico – Bergson (1859-1941), Freud (1856-1939) e Halbwachs (1859-1941) – em uma época em que os avanços científicos positivistas predominavam, o aceito no meio científico eram os conhecimentos que estivessem baseados nos métodos experimentais e que pudessem ser demonstrados. Após um século das produções teóricas filosóficas de Bergson, dos estudos sobre psiquismo de Freud, da teoria sociológica sobre a memória coletiva de Halbwachs, que se mostraram como contribuições que marcaram uma ruptura com o pensamento positivista e com o objetivismo cientificista dominante na época, vemos que seus textos ainda são atuais e ajudaram na compreensão dos mecanismos da memória que dispomos hoje.

Mesmo na área da literatura, Marcel Proust, um dos mais famosos memorialistas, cria um novo ciclo narrativo romanesco da memória, e é também o mais destacado escritor dedicado à reconstrução da memória. Em seu trabalho *O caminho de Swann*, descreve a memória involuntária que acomete o sujeito que passa a ser tomado pelas lembranças de seu passado. Para o autor, a memória se impõe ao sujeito de tal forma que lhe invade, como vindo de fora, fruto do esmaecimento a que estão sujeitas as experiências da existência.

“Acho muito razoável a crença céltica de que as almas daqueles a quem perdemos se acham cativas nalgum ser inferior, num animal, um vegetal, uma coisa inanimada, efetivamente perdidas para nós até o dia, que para muitos nunca chega, em que nos sucede passar por perto da árvore, entrar na posse do objeto que lhe serve de prisão. Então elas palpitam, nos chamam, e, logo que as reconhecemos, está quebrado o encanto. Libertada por nós, venceram a morte e voltam a viver conosco”.⁸

Henri Bergson, filósofo, em seu texto *Matéria e Memória*,⁹ apresenta sua teorização sobre a memória e o funcionamento da mente, em especial a relação com a percepção, através dos processos de conservação dos registros mnemônicos. Em seus trabalhos, ele desenvolveu uma

visão da memória como um dos elementos importantes, a partir de alguns conceitos, utilizados em sua construção teórica, a saber: a noção do eu profundo, do eu superficial, da consciência e do inconsciente. Apresenta-nos uma teoria complexa sobre o funcionamento de nosso psiquismo, em particular como são conservados os registros pelo funcionamento da memória. Para Bergson, a memória teria uma função unificadora, entre as aparentes situações descontínuas do eu superficial e a fluência do eu profundo, como uma característica da perpétua mudança típica da vida mental. É importante salientar que esta visão bergsoniana do superficial e do profundo na concepção do eu, foi preponderante durante o desenvolvimento das teorias clássicas da Psicologia no início do século XIX. Esta metáfora topológica, em que o autor apresenta os estudos sobre a consciência e o inconsciente, é um tema também trabalhado na teoria freudiana. “Por trás das cristalizações e das aparentes situações descontínuas do eu superficial, o eu profundo flui como uma unidade em perpétua mudança. Mas esse progresso na continuidade supõe uma atividade unificadora: a memória”.¹⁰

Bergson destaca que a duração interior é a vida contínua de uma memória que prolonga o passado no presente. Neste sentido, ele vê uma ligação radical entre as experiências de vida do sujeito e suas memórias. Vai então caracterizar a memória em dois tipos:

1) Memória hábito, voltada para nossos automatismos e repetições, que se organiza a partir de nossas experiências e aprendizagens. É a responsável por nossa vida prática do dia a dia e pelos comportamentos que realizamos automaticamente.

2) Memória verdadeira, coextensiva à consciência, voltada para o registro de imagens-lembranças dos acontecimentos gerais de nossa vida. É o domínio de nosso acervo de memória de nossa própria história de vida. Cada sujeito organizaria o seu, através da própria trajetória de vida. É o que também lhe possibilita a vivência de mesmidade.

Bergson ilustra seu pensamento sobre o funcionamento da memória utilizando a figura topológica de um “cone”. Ele mostra o dinamismo da vida mental, através da concepção de dois pólos capazes de, diretamente, se intercambiarem. A base do cone representaria aquisições de novas experiências. Seria já o pólo oposto, o vértice, que representaria o momento presente, vivido pelo indivíduo. O filósofo atribui à memória

a função especial de conservação subliminar, portanto, subconsciente, das experiências vividas. Neste sentido, temos uma idéia de um grande acervo mnemônico dos registros da história de vida de cada indivíduo, portanto, uma produção altamente individual.

Isto pressupõe que a memória permitiria uma ligação do passado com o presente, fazendo um interjogo, em que o tempo é deslocado e as representações podem ocupar a consciência a cada momento e podem ser registradas no nível subconsciente. Bergson destaca a função da consciência como sendo a da escolha, frente às multiplicidades de representações: “o poder de escolha do ser vivo é coextensivo à franja de ação possível que envolve a ação real: *consciência* é sinônimo de invenção e liberdade”.¹¹

Para esse autor, a memória ocupa uma função central, ao lado da consciência e do conhecimento na organização mental do indivíduo. Bergson distingue percepção pura e memória, em contrapartida da percepção, que estaria também impregnada de lembranças em seu próprio funcionamento. A conservação dos estados psíquicos residiria na funcionalidade dos registros do vivido e permitiria a escolha entre os diversos estímulos possíveis.

Vejamos como é tratada esta questão no âmbito da Psicanálise.

Freud, médico neurologista e criador da psicanálise, trabalha com a idéia de dois sistemas distintos: a consciência/pré-consciente e o inconsciente.¹² Desde o início do desenvolvimento de sua teoria ele se ocupou do tema memória. Em sua concepção, é um dos mais importantes mecanismos do funcionamento mental. Há, para ele, uma distinção, entre o que chama mente, ou aparelho psíquico, e sua base neurológica cerebral. A distinção entre estes dois níveis é calcada no pressuposto de que há duas ordens distintas de funcionamento de nosso psiquismo: a mente, que possui uma organização dos registros simbólicos, e o cérebro, base do funcionamento anátomo-fisiológico do organismo.

Freud vai, portanto, supor um funcionamento da mente a partir das representações, tomando este conceito da filosofia clássica. *Representação* é o termo clássico, usado na filosofia e na psicanálise. Etimologicamente, a palavra, oriunda do latim *repraesentatio*, indica a imagem, ou a idéia, ou ambas as coisas. Abbagnano apresenta três significações fundamentais, expostas por Ockham:

“Em primeiro lugar, entende-se por este termo aquilo por meio de que se conhece algo e nesse sentido o conhecimento é representativo e representar significa ser aquilo por meio de que se conhece alguma coisa. Em segundo lugar, entende-se por representar o fato de se conhecer alguma coisa, conhecida a qual conhece-se outra coisa; e neste sentido a imagem representa aquilo de que é imagem, no ato da lembrança. Em terceiro lugar entende-se por representar causar o conhecimento, da maneira como o objeto causa o conhecimento [...] No primeiro sentido a R. é a *idéia* no sentido mais geral; no segundo sentido é a *imagem*; no terceiro, é o próprio *objeto*”.¹³

Percebemos que as diferentes significações do termo podem abranger três sentidos, a saber: a representação sendo a própria *idéia* como produção do pensamento, no sentido mais amplo possível; a representação no sentido de englobar a imagem no campo do imaginário; e também como sendo o objeto em si. Neste último sentido está incluída a ligação entre a representação e o que ela representa, ou seja, o referente.

Freud¹⁴ fez uma nova leitura da enfermidade da fala chamada afasia, cujo portador perde sua autonomia quanto à expressão verbal. Centra seus estudos na estrutura do funcionamento cerebral como um todo e explica as afasias, não pela existência de lesões localizadas, mas por perturbações funcionais gerais. Demonstra que há uma relação de paralelismo entre o fisiológico e o psicológico nesta patologia. Toma como ponto de partida o estudo da fala, destacando a palavra como uma representação complexa de origem visual, acústica, tátil e cinestésica ao mesmo tempo. Ou seja, imagem acústica da palavra, imagem motora, imagem da leitura e imagem da escrita.

Por representação, ele define o que seria a matéria que constitui o próprio aparelho psíquico ao nível da vida mental. Para Freud,¹⁵ as representações são marcadas pelo afeto, que é a mola propulsora do psiquismo. A representação mental é organizada através da *idéia*, que é movida por uma carga, intensidade de afeto – a libido – que ele denominou de energia. As organizações das representações em cadeias associativas possibilitam o funcionamento do pensamento, quer consciente, quer inconsciente do indivíduo. Nesta lógica, as representações conscientes e

inconscientes organizam os sistemas de memória e de interpretações da realidade do sujeito. Ele as divide em dois tipos: a representação coisa e as representações palavras. A primeira seria da ordem das relações dos objetos, das imagens visuais, acústicas, táteis, que chegariam à mente. As representações de palavras seriam as imagens acústicas da palavra, imagem motora da leitura e da escrita, da ordem do símbolo.

O que lhe permite chegar a essa compreensão da representação como um processo associativo é seu estudo sobre a linguagem a partir das afasias. Para ele, os elementos vão se associar para organizar a representação de palavra e representação de coisa e o processo de significação que vai ser a relação entre as duas representações. Freud¹⁶ cria a idéia de um aparelho de linguagem que, para se organizar, precisa da relação com o outro. Isso permitiria as trocas simbólicas, entendidas como outro aparelho de linguagem, já numa relação estabelecida com o outro social.

No texto de 1915, *O Inconsciente*, ele estabelece o funcionamento do inconsciente. Nessa obra, as representações estão assim divididas: as representações coisas seriam próprias do registro inconsciente; e no registro da consciência estariam tanto as representações de palavras como também as representações coisas.

“Agora parece que sabemos de imediato qual a diferença entre uma apresentação consciente e uma apresentação inconsciente. As duas não são, como supúnhamos, registros diferentes do mesmo conteúdo em diferentes localidades psíquicas... mas a representação consciente abrange a representação-coisa mais a representação-palavra que pertence a ela, ao passo que a representação inconsciente é a representação-coisa apenas”.¹⁷

A representação, que é fundante do psíquico, nos confere a possibilidade de pensar que algo do nosso corpo se inscreve sob a forma de linguagem, sob a forma de palavra. Para Freud, o aparelho psíquico se organizaria a partir das representações que se ligariam nas diversas cadeias associativas da memória – fundante da própria vida psíquica, pois não há mente sem memória, para cada indivíduo. São os traços que, fixados novamente a partir das próprias experiências de vida, promovem

as marcas das impressões captadas pela percepção, vindas do mundo exterior ou do próprio interior do organismo – os estímulos endógenos, a partir das necessidades orgânicas.

São esses traços mnêmicos que se fixam no psiquismo como memória e, desta maneira, pode manter seus efeitos. Neste sentido, poderíamos estabelecer uma relação com a conservação, proposta por Bergson,¹⁸ como a propriedade mais importante da memória, distinguindo-a do funcionamento da percepção-idéia.

A noção de inconsciente em Freud remete à sua teoria da memória distinta da função da percepção, uma vez que os traços fixados na mente se ligam aos traços posteriores, unindo as experiências entre si, principalmente em torno da experiência de satisfação. Esta implica a relação entre uma necessidade e um objeto que lhe satisfaria, deixando organizado na mente o trilhamento dessa rede de experiências e impressões do indivíduo. Freud, como Bergson, diferencia os sistemas perceptivos e o sistema mnêmico, como funcionalmente distintos. Os trilhamentos, ou caminhos facilitadores para esta rede, criam o caminho da excitação neuronal. Para Freud, a memória vai se organizando e “[...] é representada pelas diferenças nas facilitações entre os neurônios”.¹⁹ Uma vez trilhado o caminho pelo qual a estimulação vinda da percepção fixa a marca da memória, abre o caminho para que as próximas estimulações e experiências se organizem.

Também está aberta a possibilidade de novos caminhos possíveis nesta complexa rede de marcas e caminhos trilhados. É a própria organização do acervo mnemônico, pensado por Freud, que é a base da vida psíquica inconsciente e consciente dos indivíduos. As facilitações são trilhas que se entrecruzam, formando uma rede especial de todas as experiências que o bebê humano vivencia em suas primeiras relações sociais com a genitora, ou substituta, no seio da família, nas interações com seu entorno sócio-familiar. São as marcas mais primitivas, no sentido de primeiras, da organização psíquica, e que irá carregar os traços de memória, fixando-os permanentemente em cada pessoa. A memória é esta rede, não estática, mas diferencial, e seus traços não são inalteráveis para sempre. Segundo Freud, podem ser reescritos com as novas experiências vivenciadas ao longo da vida de cada um, modificando-se no tempo, ampliando-se, enriquecendo-se.

Mas a memória a que Freud²⁰ se refere não é apenas a memória consciente e voluntária, mas também aos processos mentais inconscientes. Não é a lembrança em si de algo factual apenas, mas os traços que se fixam a partir das experiências de vida de cada indivíduo, ligadas às experiências de satisfação que estão irremediavelmente associadas aos traços já anteriormente deixados na memória pelo desejo e pelas experiências de prazer e de desprazer.

Esse traço é a marca de uma impressão que se dá pela estimulação perceptiva, que se transforma em um traço mnêmico. Esta memória não é isolada, é diferencial, e se organiza em cadeia em cada um, a partir das próprias experiências de vida, que vão formando a história pessoal de cada indivíduo. Alguns desses traços podem ser desinvestidos ao longo da vida do sujeito, podem ser esmaecidos, esquecidos, perder importância. Assim, há constantes mudanças operacionais nesta rede. Outros traços, mais privilegiados são reinscritos constantemente já que, para Freud,²¹ a memória de uma experiência depende, por exemplo, do fator que se pode chamar de magnitude de impressão da experiência e da frequência com que a mesma impressão se repete.

Freud pensa, então, na organização da memória por estratificação e também em sua retranscrição. A organização se dá por novas inscrições, em que os sistemas perceptivos, cuja função é receptora e não retêm nenhum traço, recebem os estímulos e estes são gravados pela memória que os armazenam, associando-se aos traços já existentes.

Sendo assim, para Bergson e Freud, memória e percepção são excludentes. Neste sentido, as duas teorias se aproximam conceitualmente. Para Freud, os traços de memória tendem a se agruparem associando-se em grandes cadeias ou feixes, organizando-se por simultaneidade ou por contigüidade, à medida que vão ocorrendo as experiências de vida do sujeito e são registradas na mente. Como Bergson, Freud coloca em espaços distintos o que ele vai chamar de consciente e inconsciente. Vejamos: agrupados de um lado e com funcionamento distinto, temos as marcas que irão fundar o inconsciente; e de outro, as marcas que irão organizar a vida consciente do indivíduo.

“Operação por meio da qual o sujeito tenta rejeitar ou manter no inconsciente representações (pensamentos, imagens, recordações)

ligadas a uma pulsão. A repressão se produz naqueles casos em que a satisfação de uma pulsão (suscetível de provocar por si mesma prazer) ofereceria o perigo de provocar desprazer em virtude de outras exigências”.²²

Deste modo, os feixes de traços de memória que estão livres de acesso à consciência, fornecem outro sistema distintivo de funcionamento mental, sob o comando de nosso eu, que ele nomeia de consciente. Memória e percepção estão diretamente vinculadas ao funcionamento do eu consciente, também explicitado por Fendress e Wickham:

“[...] a maneira como nos apresentamos nas nossas memórias, a maneira como definimos as nossas identidades pessoais e coletivas através das nossas memórias, a maneira como ordenamos e estruturamos as nossas idéias nas nossas memórias e a maneira como transmitimos essas memórias a outros – é o estudo da maneira como somos”.²³

A memória, parte essencial de nossa organização psíquica, não nos está totalmente disponível para nossas reminiscências, conforme a teorização freudiana. Bergson, com seu esquema didático, a partir da metáfora do cone, vai nos explicitar também o funcionamento da memória na mente. Vejamos como ele desenvolve sua teorização: a percepção, pura diferença, está sempre intermediada pela imagem do próprio corpo daquele que percebe. Essa percepção é sempre presente e constante, em relação à percepção do meio social em que vive o sujeito. A corporeidade vai marcar a relação das ações deste corpo sobre o ambiente, sua auto-imagem. As experiências de vida vão estar sempre relacionadas para cada indivíduo. Bergson, no entanto, opõe as percepções atuais às lembranças. Há, aí, um princípio de diferenças: de um lado, a percepção; e do outro, a memória. Mas a dinâmica de suas operações é por ele ilustrada da seguinte maneira: A memória relaciona o corpo no presente com o passado e, ao mesmo tempo, relaciona as experiências atuais.

O corpo é, portanto, uma imagem que atua junto a outras imagens, recebendo e devolvendo movimentos. “Pode dizer que meu corpo é matéria ou que ele é imagem, pouco importa a palavra. Se é matéria, ele

faz parte do mundo material, e o mundo material, conseqüentemente, existe em torno dele e fora dele”.²⁴

A ação da memória pode ser representada na ilustração bergsoniana pela base do cone, onde se situa o inconsciente, sempre possível de novas aquisições, de novas experiências, sempre se tornando ampliada. O vértice do cone representaria o presente vivido, as percepções atuais, as experiências do momento. O movimento dinâmico no interior do cone, aqui entendido como a própria organização psíquica, apresenta duplo movimento, da base para o vértice, a emergência do inconsciente, atuando na vida consciente, e do vértice para a base, as experiências vividas no presente que podem ser armazenadas e passadas ao inconsciente.

Para Bergson, este cone representaria o passado que cada um carrega, como sua própria história autobiográfica, que vai se ampliando e se enriquecendo, fazendo o cone crescer incessantemente. Porém, nesta metáfora do cone, Bergson defende, como Freud, que a memória é organizada e conserva integralmente as experiências de vida de cada sujeito individualmente. Para Bergson, o grande problema não era relativo a esta conservação e permanência dos registros em forma de memória, mas como se dava o esquecimento do que se armazena e se conserva por inteiro nas pessoas.

Em Freud,²⁵ o esquecimento está irremediavelmente marcado pela operação de recalque, que seleciona e retira de circulação os registros proibidos, que impedem ao sujeito o livre acesso a suas representações inconscientes. A partir da idéia da repressão dos desejos incestuosos e proibidos, Freud teoriza a respeito das específicas formas de retorno do material recalçado. Portanto, ainda que estejam armazenadas todas as experiências de vida do sujeito, ele não tem acesso diretamente a elas. Le Goff destaca:

“Freud não tem a tentação de tratar a memória como uma coisa, como um vaso reservatório. Mas, ligando o sonho à memória latente e não à *memória consciente* e insistindo na importância da infância na constituição desta memória, contribui, ao mesmo tempo que Bergson, para aprofundar o domínio da memória e para esclarecer, pelo menos ao nível da memória individual, esta censura da memória, tão importante nas manifestações da memória

coletiva. A memória coletiva sofreu grandes transformações com a constituição das ciências sociais e desempenha um papel importante na interdisciplinaridade que tente a instalar-se entre elas”.²⁶

A memória do ponto de vista das ciências sociais

Como então o social pode ajudar no reencontro do material que se encontra registrado na memória dos indivíduos? O conceito de representação social ou coletiva foi uma contribuição de Durkheim, criador da sociologia moderna, no final do século XIX. Ele tomou a representação em sua dimensão social. Para ele, a sociedade pensa, portanto, as representações não são necessariamente conscientes. A sociedade exerce coerção sobre os indivíduos e os grupos. Isto marca um diferencial entre as especificidades do pensamento social em relação ao pensamento individual. “Não é necessário sustentar que a vida social seja constituída por algo mais do que representações, individuais ou coletivas, só podem ser estudadas cientificamente na condição de o serem objetivamente”.²⁷ Neste sentido, Maurice Halbwachs, importante sociólogo francês e discípulo de Durkheim, apresentou sua teoria, trazendo-nos idéias a respeito de uma memória coletiva, ponto de vital importância para as construções das rememorações essenciais para o campo da História. Vejamos como pensa este autor, que teve o mérito de trazer este tema para a área dos estudos sociais.

Ele trabalha a idéia de uma memória construída a partir das vivências de grupos sociais concretos. Para ele “A memória só começa no ponto onde termina a tradição, no instante em que se apaga ou se decompõe a memória social”.²⁸ O que está em jogo é o processo de transmissão das experiências de vida que se desenvolvem entre as gerações no interior dos grupos sociais. O autor define grupo como um campo social: família, comunidades, trabalho, escola, numa referência aos quadros sociais da memória. Ele destaca:

“[...] a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são

indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns e que se apóiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”.²⁹

No entanto, para ele, o grupo não é somente uma reunião de indivíduos definidos em sua realidade social. O que vai caracterizar a identidade do grupo é essencialmente o interesse comum, as idéias, as preocupações que irão refletir a própria personalidade de seus membros: Diz Halbwachs: “[...] há tantos grupos quantos são as origens dos diferentes tempos. Não há nenhum deles que se imponha a todos os grupos”.³⁰

O autor assinala que nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivéssemos envolvidos, porque, para ele, nunca estamos sós. O indivíduo é um ser eminentemente social. Podemos não lembrar de fatos experimentados, mas se há testemunhos, seu papel seria o de complementar as lembranças ora esquecidas. Portanto seria o grupo que guardaria a memória. Este depoimento, porém, não possibilitará recordar de nada se o fato não estiver guardado na memória e registrado. O trabalho individual se impõe na rememoração como trabalho complementar, realizado pelo grupo. Este grupo tem a tarefa de complementar as rememorações do vivido individual.

Para Halbwachs, a memória individual não se opõe à memória coletiva, pois é uma condição necessária e suficiente do ato de lembrar e do reconhecimento das lembranças, operação que só pode ser pensada no âmbito individual. Mas o grupo entra como testemunha e operador, porque: “só se tem capacidade de lembrar quando se coloca do ponto de vista de um ou mais grupos, para que se possa situar em mais de uma corrente do pensamento coletivo”.³¹ Portanto, para o autor, a memória é construída pelo grupo. Ele destaca ainda: “a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo”.³²

Pollack faz uma crítica à idéia de Halbwachs de uma memória coletiva cuja expressão mais ampla seria a memória nacional e o risco de uma imposição, dominação ou mesmo violência simbólica na própria noção de coesão social que a noção de memória coletiva carrega: “Halbwachs longe de ver nessa memória coletiva uma imposição acentuava as funções positivas desempenhadas pela memória comum”.³³ Destaca ainda que na época que viveu Halbwachs, o período do nazismo na Europa, a memória nacional era vista como a forma mais completa da memória coletiva.

A memória de uma sociedade qualquer pode se estender bastante, segundo Halbwachs. Isto porque atinge a memória dos grupos que a compõem. As sociedades se organizam em torno de lugares e estes marcam as histórias dos grupos sociais, principalmente das famílias. Os grupos estão inseridos numa parte do espaço, seja rural, seja urbano, e este é por ele transformado. As imagens espaciais desempenham um importante papel na memória coletiva. Segundo este autor: “os grupos estão naturalmente ligados a um lugar – é o fato de estarem próximos no espaço que criou entre seus membros relações sociais”.³⁴ Pierre Nora, trabalhou esta questão e mostrou a importância dos *lugares de memória* para a reconstrução das rememorações, principalmente no campo da História. Diz o autor:

“Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração...São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional... Os três aspectos coexistem sempre [...] Diferentemente de todos os objetos da história, os lugares de memória não tem referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro”.³⁵

Já Halbwachs defende que o passado se conserva através dos grupos, num meio material: cidades, bairros, ruas, que cercam o indivíduo. É no espaço que o pensamento pode se fixar, para que possa reaparecer

em forma de lembranças. Os lugares participam da estabilidade do mundo pessoal dos indivíduos; os espaços remontam aos acontecimentos, geralmente, da vida passada, da infância, que aconteceram em lugares significativos para cada um. Esta é, portanto, uma condição da memória.

A organização da memória e da identidade, para Bosi, está marcada pelas condições subjetivas e sociais em que o indivíduo está inserido.

“Na constituição da memória individual e familiar são importantes os contatos com outros grupos. Uma família pode ter morado longos anos num mesmo bairro, formado vínculos estreitos com a vizinhança: a criança sente-se incluída no grupo familiar e no da vizinhança, suas lembranças brotam de um e outro, dada a íntima vivência com ambos. Se podemos reagrupar em nossa subjetividade lembranças de espaços sociais diferentes, podemos sobrepor imagens do mesmo espaço social”.³⁶

Para Halbwachs: “Cada sociedade recorta o espaço a seu modo [...] de modo a constituir um quadro fixo onde encerra e localiza suas lembranças”.³⁷ Tanto as pessoas que habitam as áreas urbanas como aquelas que habitam o campo, constroem suas memórias no espaço, através das ruas, praças, cidades, ou morros, colinas, riachos. Fendress e Wickhan argumentam que esta geografia internalizada é inteiramente construída socialmente pelas pessoas da cidade e do campo e “costumam também apresentar uma geografia inteiramente simbólica do desenho das ruas em torno da habitação familiar, que representa a lenta aprendizagem do mundo exterior durante a infância e a adolescência”.³⁸ Como muito bem destacam os autores:

“[...] por certo é a importância constantemente recorrente da geografia local como estrutura de memorização: montes, grutas, casas de lavoura e campos todos têm as suas memórias para os camponeses de falarem delas [...] mas o espaço geográfico da comunidade é por sua vez socializado segundo esta mesma via, conferindo-lhe as suas associações passadas um significado que faz sentido para os seus habitantes [...] espaço e tempo firmam-se na construção da identidade comunitária”.³⁹

No sentido de sua construção teórica, Maurice Halbwachs defende que o homem participa de dois tipos específicos de memória: uma pessoal e individual e outra coletiva e social. Numa constrói a história de sua própria vida, suas lembranças mais íntimas, que formatam sua personalidade. Noutra, as lembranças são divididas também por outras pessoas que participaram de grupo sociais comuns, cujas histórias são partilhadas e conjuntamente rememoradas, mas se tornam também impessoais. Estas são as memórias coletivas. “Seria o caso, então, de distinguir duas memórias, que chamaríamos, se o quisermos, a uma interior ou interna, a outra exterior: ou então a uma memória pessoal, a outra memória social”.⁴⁰

Está claro que o autor trata da possibilidade de rememoração de dados da história do indivíduo, ou mesmo da história do grupo do qual ele fez parte, mas, à medida que defende a idéia de uma memória social, ele está tratando da *reconstrução*, através de relatos de dados da experiência de vida que foi partilhada, e que pode ser rememorada por mais de uma pessoa. É, portanto, um movimento de rememoração pelo trabalho da lembrança. A lembrança, neste sentido, seria uma operação eminentemente individual. A rememoração, por sua vez, seria um trabalho coletivo, que teria também como ponto central o inevitável trabalho do esquecimento, que é inegavelmente individual, ainda que o autor centralize a esfera grupal, para justificar o esquecimento. Argumenta Halbwachs:

“Quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em *nosso espírito* algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar [...] é preciso que desde esse momento não tenhamos perdido o hábito nem o poder de pensar e de nos lembrar como membro do grupo do qual essa testemunha e nós mesmos fazíamos parte [...] Esquecer um período da vida é perder contato com aqueles que então nos rodeavam”.⁴¹

Citamos Halbwachs, ao se referir à própria lembrança: “se as *imagens* se fundem tão intimamente com as lembranças, e se elas parecem emprestar a estas sua *substância*, é que nossa memória não é uma tabula rasa [...]”.⁴² De que substância está falando o autor para se referir às

imagens e às lembranças? Encontramos em seu texto a idéia de *espírito*, *alma*, ou mesmo *substância*, quando quer se referir ao interjogo de lembranças, quer no âmbito individual, quer no âmbito do coletivo, ao destacar as imagens que compõem as lembranças. Se os relatos das rememorações são feitos basicamente através de discursos, o autor estará referindo às trocas simbólicas que se dão através da própria linguagem? A linguagem seria um dos elementos que permeiam as relações sociais e fundamenta a troca que o autor defende, na manutenção das imagens e lembranças, na rememoração possível aos próprios grupos.

Apesar de constatar a amnésia infantil, a leitura do esquecimento dos primeiros anos de vida, para o autor, está baseada na possibilidade do indivíduo se tornar um ser social: “Se não recordamos de nossa primeira infância, é, com efeito, porque nossas impressões não se podem relacionar com esteio nenhum, enquanto não somos ainda um ente social”.⁴³

Falar em uma memória coletiva é defender a possibilidade de vivências serem partilhadas, mas também veiculadas pela linguagem, numa reconstrução coletiva de experiências comuns. Isto se torna claro, quando o autor coloca: “sentimentos e imagens que formam a *substância* mesmo de seu pensamento”.⁴⁴ O que podemos também entender que seja uma maneira de explicitar o que ele chamava de substância da memória. O que seria a substância do pensamento? Seria o pensamento organizado pela linguagem, com um sistema de código simbólico próprio a cada língua, ao qual o indivíduo está referendado não apenas como fato de comunicação, mas como possibilidade de organização do pensamento?

Vejamos o que dizem Fendress e Wickan:

“Em si e por si, a memória é subjectiva. Ao mesmo tempo, porém, a memória é estruturada pela linguagem, pelo ensino e observação, pelas idéias colectivamente assumidas por experiências partilhadas com os outros. Também isso constrói uma memória social. Qualquer tentativa de usar a memória, de uma maneira sagaz, como fonte histórica, tem que se confrontar à partida com o carácter subjetivo, embora social, da memória”.⁴⁵

Jean Duvignaud⁴⁶ destaca no prefácio do livro *Memória Coletiva*, de Halbwachs, que a sociologia moderna encontra uma nova vocação, não mais tentando “reduzir” o individual ao coletivo, mas tentando saber por que, no meio da trama coletiva da existência, surge e se impõe a individuação.

Memória e linguagem

O desenvolvimento dos conhecimentos da lingüística moderna, como um novo campo de saber, aconteceu no início do século XX, com os trabalhos de Ferdinand de Saussure⁴⁷ e de Roman Jakobson,⁴⁸ e influenciou muito a todos os campos das humanidades. Esses autores desenvolveram trabalhos consistentes, abrindo novos conhecimentos sobre a estrutura da linguagem, sua organização e aquisição. Saussure distingue a língua da fala. Para ele, a linguagem é um todo multiforme e heteróclito. A língua é um sistema de classificação da linguagem e representa este lado social da linguagem. Já a fala é sempre função individual e voluntária do indivíduo falante. O signo lingüístico é uma entidade psíquica de dupla face, o conceito e a imagem acústica que se relaciona e se opõe: o significante e o significado.

Ao estabelecer os elementos componentes do signo lingüístico, o significante e o significado, sua relação aos referentes, suas leis e propriedades, a Lingüística Moderna também auxiliou na compreensão da organização dos discursos e, conseqüentemente, para o papel da organização não apenas da fala, mas também das lembranças, rememorações e da possibilidade de compreensão do funcionamento delas. Uma vez que o código lingüístico é partilhado por todos, é possível estabelecer uma relação entre o que o Halbwachs⁴⁹ defendia como memória coletiva, e o uso comum da linguagem por uma comunidade, base única e exclusiva de sua possibilidade de comunicação e evocação dos *quadros sociais* que lhes são inerentes. É através da linguagem que o movimento da rememoração se dá, através do trabalho das lembranças que chegam aos indivíduos. A memória é, então, inseparável do trabalho da rememoração e do esquecimento, como dois pólos da mesma moeda, numa incessante dialética entre o lembrar e o esquecer. Segundo Pierre Nora: “o que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar”.⁵⁰

Jacques Lacan,⁵¹ psicanalista francês contemporâneo, entende que nosso psiquismo se organiza em três níveis que funcionam sempre interligados: o simbólico, o imaginário e o real. O mundo real, da natureza, dos instintos, do gozo, dos desejos inconscientes é sempre mediado pelo imaginário e pelo simbólico.

O aparelho de linguagem é repensado por Lacan, quando se interessa pela linguagem não apenas como instrumentos de comunicação, como Saussure, mas pela linguagem como estrutura da própria constituição do sujeito. Para isto, defende: “a comunicação como tal não é o que é primitivo, pois na origem S (o sujeito não barrado) não tem nada para comunicar, porque todos os instrumentos da comunicação estão do lado, no outro lado, no campo do Outro, e é dele que o sujeito tem que recebê-los”.⁵² Lacan defende, então, que se os significantes inicialmente estão no Outro, é neste lugar que se articula a estrutura discursiva que engendra o próprio sujeito. E o inconsciente se estrutura como a linguagem como uma estrutura que preexiste à entrada mesmo do sujeito na linguagem. Para o autor, vivemos todo o tempo num mundo simbólico, do código lingüístico, das regras, das convenções sociais e da cultura.

Pagamos um preço pela passagem do mundo real da natureza ao mundo simbólico da cultura e pela repressão de instintos, como nos mostrou Freud, em seu texto *O mal estar da Civilização*,⁵³ que permanece muito atual. Para conviver com esta realidade, podemos nos refugiar em nosso mundo imaginário, no qual podemos fantasiar, criar, como fazem os artistas. Projetamos em nossas vidas nossos sonhos, desejos e fantasias. Elas estão presentes também em nossas lembranças, mesclando sempre memórias e devaneios.

A discussão do tema memória individual *versus* memória coletiva é complexo e não há uma posição unânime entre os estudiosos do campo da história. Vejamos a posição de Alessandro Portelli a respeito:

“Não se deve esquecer que a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas, e não grupos se lembram. Mesmo quando Maurice Halbwachs afirma que a memória individual não existe, sempre escreve ‘eu me lembro’. Por outro lado, Halbwachs descreve como um processo individual, até solitário,

uma atividade essencial da memória: o esquecimento. [...] Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é *social* e pode ser *compartilhada* (razão pela qual cada individual tem algo a contribuir para a história “social”); mas do mesmo modo que a *langue* se opõe à *parole*, ela só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais”.⁵⁴

François Dosse, a partir de uma leitura baseada na psicanálise, destaca a especificidade do lugar que o psicanalista ocupa na escuta de seu paciente como sendo aquele que autoriza sua narrativa. Destaca a linguagem como sendo a comunicação singular de cada discurso. São, para o autor, estas duas mediações que dão ao relato um enraizamento social:

“Quanto à fala do paciente em si, suas narrativas entrelaçadas de narrativas que a precedem estão portanto ancoradas em uma memória coletiva. O paciente exprime uma interiorização da memória coletiva que cruza sua memória pessoal. [...] Essa memória consiste portanto em uma trama ao mesmo tempo privada e pública”.⁵⁵

O autor entende a produção mnemônica quando afirma: “A memória é, portanto como a história, um modo de seleção no passado, uma construção intelectual, e não um fluxo externo ao pensamento”.⁵⁶ A especificidade do contato entrevistado e entrevistador, permitida pelas técnicas da história oral, estabelece uma relação baseada na identificação e empatia, procurando extrair o máximo de informações e veracidade, através dos processos sincrônicos e diacrônicos, próprios das relações sociais e temporais permeados pela palavra. A utilização da linguagem e da memória é um recurso comum nos dois campos de trabalho – História e Psicanálise, com finalidades distintas, mas imprescindíveis para seus fins. A prática psicanalítica tem uma finalidade terapêutica, cujo material de relato das sessões é baseada nos discursos dos

analisandos, que reconstroem suas histórias, através da técnica da associação livre e da rememoração de suas vidas. A prática da História tem uma finalidade social que compreende o passado e o articula com o presente, numa reconstrução: “o passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história”.⁵⁷

Como foi possível demonstrar, o tema memória suscita grandes debates entre os estudiosos e variados níveis de interpretação.

“[...] seja qual for a natureza da memória enquanto objeto puramente neurológico ou puramente epistemológico, não podemos conhecer nem sentir as nossas recordações a não ser que as “pensem” primeiro; e quando “pensamos” as nossas recordações, evocando-as e articulando-as, elas deixam de ser objectos e passam a ser parte de nós”.⁵⁸

Poderíamos afirmar que o trabalho com o tema memória impõe a necessidade de pensarmos numa teorização sobre o eu, como ponto central e unificador do sujeito, e possibilidade de acesso à consciência.

Neste sentido, vemos que Bergson desenvolveu sua teoria sobre o eu, relacionada ao consciente e inconsciente, quando nos fala do “eu profundo”, bem como Freud principalmente em seu texto *O Ego e o Id e outros trabalhos*,⁵⁹ desenvolveu uma teorização sobre a instância egóica, sua relação com a consciência e o inconsciente. Mesmo a memória sendo uma construção social, permite uma ligação entre as rememorações individuais possíveis de uma construção social.

Fendress e Wickhan⁶⁰ nos apontam que “[...] a memória desempenha um imenso papel social. Diz-nos quem somos, integrando nosso presente em nosso passado e dando assim fundamento a todos os aspectos daquilo a que os historiadores chamam hoje as *mentalités*”.

A Memória Oral também utiliza o relato do depoente, através da linguagem, na construção das narrativas. Para Le Goff “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.⁶¹ Essas funções psíquicas estão demarcadas pelo funcionamento

da própria linguagem, meio possível de expressão das impressões e informações do passado, ou seja, as lembranças.

Para Thompson “a narrativa como forma principal pela qual os seres humanos dão sentido à própria experiência”,⁶² é também um testemunho que contém afirmações dos depoentes, através da linguagem. Daí a importância do trabalho da análise e documentação da história oral realizada pelo historiador, referente aos aspectos sociais e políticos das narrativas. Mais ainda o autor afirma:

“O mérito da história oral não é do de trazer em si, necessariamente, esta ou aquela postura política, mas sim o de levar os historiadores a tomarem consciência de que sua atividade se exerce, inevitavelmente, dentro de um contexto social e que tem implicações políticas”.⁶³

A partir das teorizações da memória desenvolvida por Bergson no campo da Filosofia e por Freud no campo da Psicanálise, como podemos então pensar numa construção social da memória no campo da História? É o que Michael Pollack se pergunta em seu texto:

“Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível ela saber se participou ou não”.⁶⁴

Encontramos em Le Goff uma interessante articulação, que poderia resumir a relação entre memória, construção subjetiva de identidade, individual e social, quando nos ensina com muita propriedade: “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.⁶⁵

Conclusão

Para se trabalhar com a metodologia da memória oral, escuta-se o indivíduo em sua vida cotidiana, como um elemento particular, mas numa situação sócio-histórico-cultural determinada. O presente trabalho procura destacar a questão mais contemporânea, a transdisciplinaridade, que envolve a leitura das relações entre os saberes e os campos afins. Isto está no centro dos debates, suas bases epistêmicas. Ao optar pela pesquisa, utilizando a metodologia da História Oral, torna-se imprescindível a coleta de narrativas dos sujeitos informantes. Os discursos, através das palavras daquele que narra, é estudado por vários campos do saber. A partir da palavra, há uma multiplicidade de fios que servem de trama para a organização das narrativas, das representações sociais e das rememorações. É através da palavra que se interpreta a realidade. A narrativa é construída individualmente, através da linguagem, por aqueles que vivenciam o mesmo espaço e tempo sócio-cultural. É importante, portanto, destacar as contribuições que as três teorias apresentadas trouxeram para o campo de História Oral e o impacto que as descobertas da Linguística Moderna, no nosso século, trouxeram para as humanidades, particularmente para a História Oral, através dos estudos sobre a linguagem nas narrativas. Penso que as teorias aqui apresentadas contribuíram também para o debate nas concepções sobre o sujeito de uma maneira ampla e ao sujeito histórico de uma maneira particular e as suas relações com a linguagem.

É ainda a *palavra* e somente a *palavra*, através da linguagem, que pode transformar o vivido individual no processo de construção das rememorações coletivas ou sociais nas construções das narrativas. Como esclarece Benjamin: “o narrador retira da experiência o que ele conta; sua própria experiência ou a relatada pelos outros”.⁶⁶ Mas o único mecanismo nesta transmissão entre quem fala e aquele que escuta, nas narrativas, é possibilitada pela linguagem através da palavra.

Notas

- * Psicóloga, professora do Departamento de Psicologia da UFBA, Mestre em Teoria Psicanalítica pela UFRJ e doutoranda em História Social pela UFBA.

- ¹ MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992, p. 19.
- ² MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória*. Op. cit.
- ³ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.
- ⁴ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Op. cit., p. 423.
- ⁵ PINTO, Graziela. Editorial. *Insight Psicoterapia e Psicanálise*, São Paulo, v. 11, n. 118, p. 3, jun. 2001.
- ⁶ ROSENFELD, Israel. Um manuscrito para Freud. *Insight Psicoterapia e Psicanálise*, São Paulo, v. 11, n. 118, p. 4-8, jun. 2001. p. 6.
- ⁷ ROMA, Birmingham. Prefácio. In: FENTRESS, J.; WICKHAM, C. *Memória Social*. Lisboa: Teorema, 1992. p. 7-11. p. 8.
- ⁸ PROUST, Marcel. Em busca do tempo perdido. In: *No caminho de Swann*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 31.
- ⁹ BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. (1ª edição: 1939).
- ¹⁰ BERGSON, Henri. *Cartas, conferências e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Coleção Os Pensadores. p. XII.
- ¹¹ BERGSON, Henri. *L'Évolution créatrice*. Paris: PUF, 1969, p. 264.
- ¹² FREUD, Sigmund. Projeto de Psicologia para neurólogos. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. 1895 [1950], v. I.
- ¹³ ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982, p. 821, grifo do autor.
- ¹⁴ FREUD, Sigmund. *La Afasia*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1973.
- ¹⁵ FREUD, Sigmund. Projeto de Psicologia para neurólogos. Op. cit.
- ¹⁶ FREUD, Sigmund. *La Afasia*. Op. cit.
- ¹⁷ FREUD, Sigmund. O inconsciente. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro; Imago, 1974. 1915, v. XIV, p.229-230.
- ¹⁸ BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. Op. cit.
- ¹⁹ FREUD, Sigmund. Projeto de Psicologia para neurólogos. Op. cit., p. 401.
- ²⁰ FREUD, Sigmund. O inconsciente. Op. cit.
- ²¹ FREUD, Sigmund. Projeto de Psicologia para neurólogos. Op. cit.
- ²² Pulsão é um processo dinâmico, consistente em um impulso (carga energética, fator de movimento), que faz o organismo tender para um fim. A pulsão é um conceito que está na fronteira entre o somático e o psíquico. A ela o aparelho psíquico só tem acesso através da representação. LAPLANCHE, Jean.; PONTALIS, Jean-Bertrand. *Diccionario de Psicoanálisis*. Barcelona: Editorial Labor, 1971, p. 391.
- ²³ FENDRESS, James; WICKHAN, Chris. *Memória social*. Lisboa: Teorema, 1992, p. 20.

- 24 BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. Op. cit., p. 11.
- 25 FREUD, Sigmund. A Repressão. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. 1915, v. XIV.
- 26 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Op. cit., p. 472.
- 27 DURKHEIN, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 77.
- 28 HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990 (1ª edição: 1950), p. 80.
- 29 Ibid.
- 30 Ibid., p. 51.
- 31 Ibid., p. 113.
- 32 Ibid.
- 33 POLLACK, Michael. Memória e Esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, p. 3.
- 34 HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. Op. cit., p. 414.
- 35 NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História*, PUC, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993, p. 27.
- 36 BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 431.
- 37 HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. Op. cit., p. 160.
- 38 FENDRESS, James; WICKHAN, Chris. *Memória social*. Op. cit., p. 150.
- 39 Ibid., p. 141.
- 40 HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. Op. cit., p. 55.
- 41 Ibid., p. 28-29; 32, grifo nosso.
- 42 Ibid., p. 32, grifos nossos.
- 43 Ibid., p. 27.
- 44 Ibid., p. 87.
- 45 FENDRESS, James; WICKHAN, Chris. *Memória social*. Op. cit., p. 20.
- 46 DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 9-17.
- 47 SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1990.
- 48 JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Vértice, 1970.
- 49 HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Librairie Felix Alcan, 1925.
- 50 NORA, Pierre. Entre memória e história. Op. cit., p. 15.

- ⁵¹ LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- ⁵² Ibid., p. 288. Sujeito não barrado, o que não tem ainda acesso à fala, anterior ao recálque. Outro é o portador da linguagem, é o lugar do tesouro dos significantes.
- ⁵³ O Mal-Estar na Civilização e outros trabalhos. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974e. vol. XXI.
- ⁵⁴ PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 103-130. p.127.
- ⁵⁵ DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 181.
- ⁵⁶ Ibid., p. 183.
- ⁵⁷ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Op. cit., p. 24.
- ⁵⁸ DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. Op. cit., p.184.
- ⁵⁹ FREUD, Sigmund. O Ego e o Id. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: 1974d. 1923, v. XIX.
- ⁶⁰ FENDRESS, James; WICKHAN, Chris. *Memória social*. Op., cit., p. 242.
- ⁶¹ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Op. cit., p. 423.
- ⁶² THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 311.
- ⁶³ Ibid., p. 10.
- ⁶⁴ POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1988, p. 201.
- ⁶⁵ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Op. cit., p. 476.
- ⁶⁶ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política; ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 201.

Bibliografia

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política; ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERGSON, Henri. *L'Évolution créatrice*. Paris: PUF, 1969.
- _____. *Cartas, conferências e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Coleção Os Pensadores.
- _____. *Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação do corpo com e espírito*. São

- Paulo: Martins Fontes, 1990. (1ª edição: 1939)
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. São Paulo: EDUSC, 2004.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 9-17.
- FENDRESS, James; WICKHAN, Chris. *Memória social*. Lisboa: Teorema, 1992.
- FREUD, Sigmund. *La Afasia*, Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1973.
- _____. Projeto de Psicologia para neurólogos. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974a. 1895 [1950], v. I.
- _____. O inconsciente. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro; Imago, 1974b. 1915, v. XIV.
- _____. A Repressão. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974c. 1915, v. XIV.
- _____. O Ego e o Id. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: 1974d. 1923, v. XIX.
- _____. O Mal-Estar na Civilização e outros trabalhos. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974e. vol. XXI.
- HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990 (1ª edição: 1950).
- _____. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Librairie Felix Alcan, 1925.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Vértice, 1970.
- LACAN, Jacques. *L'Angoisse. Séminaire*. Publication Interne. Paris: Association Freudienne, 1962-1963.
- _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *O Seminário, Livro I: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. (1ª edição: 1953).
- LAPLANCHE, Jean.; PONTALIS, Jean-Bertrand. *Dicionário de Psicoanálisis*. Barcelona: Editorial Labor, 1971.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.

- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História*, PUC, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- PINTO, Graziela. Editorial. *Insight Psicoterapia e Psicanálise*, São Paulo, v. 11, n. 118, p. 3, jun. 2001.
- POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1988.
- _____. Memória e Esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 103-130.
- PROUST, Marcel. Em busca do tempo perdido. In: *No caminho de Swann*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- ROMA, Birmingham. Prefácio. In: FENTRESS, J.; WICKHAM, C. *Memória Social*. Lisboa: Teorema, 1992. p. 7-11.
- ROSENFELD, Israel. Um manuscrito para Freud. *Insight Psicoterapia e Psicanálise*, São Paulo, v. 11, n. 118, p. 4-8, jun. 2001.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1990.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.